

ROTAS ESTRATÉGICAS

SEGURANÇA PÚBLICA

ROADMAP

APRESENTAÇÃO

As **Rotas Estratégicas 2025** são uma iniciativa do Sistema FIEC com vistas a elaborar *Roadmaps*, ou seja, mapas de trajetórias a serem percorridas para materializar, em até dez anos, o potencial percebido em cada um dos setores e áreas identificados como promissores para o Estado.

A referida iniciativa é um desdobramento do projeto **Setores Portadores de Futuro para o Ceará**, realizado em 2014, que teve como objetivo identificar setores e áreas capazes de situar a indústria do Estado em uma

Saúde; e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para a Rota Estratégica de Segurança Pública foram identificadas 5 dimensões de análise, que auxiliam na

- PREVENÇÃO
- ◆ GOVERNANÇA
- SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

S S 쁜

◁

Ш

S

Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência.

AÇÕES DIMENSÕES DE ANÁLISE

Longo Prazo (2023-2025) **Curto Prazo** (2018-2019) **Médio Prazo** (2020-2022)

posição competitiva em nível nacional e internacional em um horizonte temporal de dez anos.

Em continuidade ao projeto **Setores Portadores de Futuro**, na perspectiva de fortalecer a malha industrial do Estado e dar prosseguimento ao processo de promoção da competitividade, o Sistema FIEC implementou o projeto **Rotas Estratégicas**. Os 17 setores identificados como promissores para o desenvolvimento do Estado foram reagrupados em 13 Rotas Estratégicas: Água; Biotecnologia; Construção & Minerais Não Metálicos; Economia Criativa & Turismo; Economia do Mar; Eletrometalmecânico; Energia; Indústria Agroalimentar; Logística; Meio Ambiente; Produtos de Consumo: Couro & Calçados, Confecções, Móveis;

A Rota de Segurança Pública é a 14ª Rota Estratégica, que surge como uma forma de auxiliar a tomada de decisão para o enfrentamento da violência e da criminalidade no estado, que registra índices alarmantes em 2017 e início de 2018. Surge da prerrogativa de que um ambiente de paz é mais favorável para a competitividade e produtividade das empresas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento

categorização e organização das ações:

- SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

- SISTEMA PRISIONAL

 Ampliação da cobertura do patrulhamento escolar • Elaboração de planos específicos de patrulhamento policial das áreas de risco

• Intensificação das patrulhas em *hotspots* (pontos de concentração do crime) • Estabelecimento de territorialização dos municípios para intervenção policial • Fortalecimento do Grupo de Intervenções Estratégicas (GIE) focado em enfrentamento criminal por meio da ação rápida na prisão e condenação dos criminosos e apreensão

eficiente de armas e drogas Fortalecimento de blitz educativas

• Modernização do modelo de atuação das polícias, centrado na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na relação com a comunidade Aprimoramento do atendimento policial em casos de violência doméstica

• Intensificação do uso da inteligência e informação no modelo de atuação das polícias • Estabelecimento de ações específicas para combate à interiorização do crime Redução do tempo-resposta de atendimento emergencial de bombeiros na região

• Redução do tempo-resposta de chegada ao local do crime • Realização de operações policiais periódicas para cumprimento de mandados judiciais

• Realização de pesquisa de satisfação dos atendimentos em delegacias de polícia • Criação de indicadores de controle de tempo de conclusão dos procedimentos policiais • Formalização da existência da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa • Estabelecimento de priorização para atendimento policial e determinação de tipos de

• Ampliação e otimização da estrutura física e funcional da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE)

 Promoção de encontros semestrais entre a segurança pública nas regionais de Fortaleza, visando maior aproximação e interação dos órgãos de segurança pública • Estabelecimento de reuniões periódicas com todas as instituições parceiras para

identificação de dificuldades nos fluxos de processamento de homicídios • Fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública para articulação e discussão econômico e social do estado

 Aprimoramento da prestação dos serviços para as vítimas de violência contra a mulher · Aprimoramento do protocolo de atenção à mulher vítima de violência, articulando ações das polícias, da Perícia Forense, das unidades de saúde e assistência social, do Ministério

Público, da Defensoria Pública e do Judiciário Implantação de central de vestígios e cadeia de custódia de evidências na sede da Perícia

Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) • Revisão da estrutura e processos do disque denúncias

• Implementação de programa orientado a coibir a discriminação e a violência de gênero dentro das forças de segurança

• Elaboração de sistema de sinalização e controle viário no perímetro escolar Mapeamento de trechos de vias municipais com maiores índices de acidente de trânsito

• Realização de monitoramento estatístico contínuo das Unidades Integradas de Segurança • Realização periódica de diagnóstico das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) no Ceará

com relação à quantidade, ao tipo de expediente, às competências e ao público atendido · Aprimoramento do sistema de localização das chamadas em atendimento e das viaturas em tempo real

 Ampliação de áreas atendidas com sistemas de monitoramento por câmeras Integração dos sistemas de videomonitoramento

 Aquisição de novas câmeras para o sistema de videomonitoramento para aumentar sua Coordenação de ações integradas entre a polícia civil e militar nos mesmos territórios de

• Integração operacional da polícia militar e guarda municipal com repartição clara das áreas de trabalho de cada corporação

 Elaboração de diagnóstico dos homicídios registrados no estado com identificação dos aglomerados urbanos com maior concentração desse crime

• Mapeamento de locais de risco, de pontos de venda de drogas e de circulação de armas

• Utilização das redes sociais para divulgação de ações positivas realizadas pelas polícias Produção de conhecimento baseado em evidências para orientar a definição das políticas públicas de segurança e os parâmetros de funcionamento dos órgãos policiais Aplicação intensiva de informações e aperfeiçoamento dos processos de investigação e

inteligência para as ações de segurança pública · Aprimoramento de um sistema de rastreio dos fluxos das armas e munições das forças

• Ampliação do sistema de cadastro de armas e munições das forças policiais • Atualização de doutrina e produção de materiais de referência para profissionais de

segurança pública para temas prioritários, como: abordagem policial; proteção dos profissionais; investigação de homicídios; investigação de roubos; realização de exames e confecção de laudos periciais na produção da prova técnica

• Padronização e centralização dos registros policiais de criminalidade • Aprimoramento do modelo de policiamento comunitário

• Treinamento dos agentes de segurança para policiamento comunitário • Ampliação dos recursos estaduais e municipais destinados à segurança pública Capacitação de agentes de segurança em planejamento e gestão em segurança pública

• Inserção de treinamento específico de abordagem adequada com crianças e adolescentes no programa de formação de agentes de segurança • Capacitação de policiais em mediação de conflitos e justiça juvenil restaurativa

• Capacitação dos profissionais de segurança, nos seguintes temas prioritários: abordagem policial; análise criminal; inteligência em segurança pública e prisional; uso de estatísticas no planejamento operacional; isolamento e preservação de local de crime; armas e munições; tiro policial defensivo

• Definição de mecanismos mais rígidos para fiscalização e punição de policiais com

• Intensificação da fiscalização de profissionais da segurança pública que atuam na segurança privada

 Ampliação de equipes especializadas em local de crime Ampliação do efetivo da Divisão de Homicídios e Proteção da Pessoa (DHPP) da capital

• Nomeação e alocação de policiais civis em número suficiente para sustentar a implementação das Unidades Integradas de Segurança (UNISEGs) • Instituição de programa de melhoria contínua na escala de serviço dos agentes de

segurança pública • Implementação do programa de incentivo à disciplina consciente na polícia militar e no

corpo de bombeiros militar • Elaborar diagnóstico detalhado acerca da dinâmica dos crimes que mais impactam a vitimização de turistas

• Ampliação da equipe de inteligência para atuar no segmento de segurança turística • Instituição de programa de atendimento biopsicossocial para os profissionais do sistema de segurança pública

• Realização de força tarefa para zerar o passivo de armas a serem periciadas Ampliação da banda de internet para as instituições de segurança pública • Perpetuação de projetos de desenvolvimento e manutenção de *softwares* para as instituições de segurança pública

• Ampliação da infraestrutura de comunicação para todas as unidades de segurança do

• Aprimoramento constante da plataforma tecnológica da Secretaria de Segurança • Monitoramento contínuo de novas tecnologias e processos para segurança pública • Promoção e fortalecimento dos equipamentos públicos para atendimento às vítimas de

 Ampliação da oferta de equipamentos e tecnologias para profissionais e viaturas visando conectividade e comunicação em tempo real

• Estabelecer companhias do Batalhão de Divisas nas regiões ainda não monitoradas pelo

• Instituição de programa de combate a crimes cibernéticos • Adocão de mecanismos inovadores para o policiamento e gestão de polícias • Ampliação da cobertura territorial do atendimento de socorro por Unidades de Bombeiro

Militar (UBM) no interior do estado • Expansão da presença policial no interior do estado • Orientação das polícias para atuação como mediadores de conflitos sociais

• Criação de novos protocolos de vigilância e patrulhamento baseados nos princípios do policiamento de proximidade • Elaboração e implementação de programa de marketing institucional das instituições de

segurança pública do estado • Elaboração e implementação de projeto de melhoria nos processos e sistemas de

comunicação interna das instituições de segurança pública · Instituição de mecanismos de monitoramento do uso da força e vitimização policial durante os procedimentos de abordagem

• Ampliação do detalhamento do registro de ocorrências • Modernização dos documentos (boletim de ocorrência) e procedimentos nos Distritos Policiais

• Obrigatoriedade do registro on-line e disponibilização on-line de todos os registros dos procedimentos policiais • Conclusão da implantação de companhias da polícia militar segundo a redivisão das

circunscrições coincidentes entre polícia militar e polícia civil • Criação de 4 delegacias 24h na região metropolitana de Fortaleza Criação de um centro de apoio operacional da polícia civil

programas e da atuação policial • Elaboração de plano anual de ação finalística da polícia civil • Planejamento e execução das ações policiais a partir de parâmetros definidos para

identificação de homicidas e traficantes Adoção de estratégias para redução do tempo de materialização de provas periciais • Ampliação de projetos-piloto antecedendo a implantação de projetos em grandes territórios

• Aprimoramento de um sistema de metas e indicadores de avaliação de desempenho de

• Ampliação de parcerias público-privadas visando a implantação de sistema de vigilância em estabelecimentos comerciais • Mapeamento e implementação de boas práticas de segurança digital

• Mapeamento e adoção de boas práticas e iniciativas civis voltadas à segurança pública • Publicação anual de relatório que avalia a efetividade e a eficiência das instituições de segurança pública do estado • Realização periódica de pesquisas de vitimização no Ceará, como sensação de segurança, níve

de confiança e satisfação com instituições policiais • Instituição de fluxos de compartilhamento de dados e informações sobre segurança com todos os municípios do estado

• Elaboração de diagnóstico detalhado dos roubos a banco no interior do estado • Desenvolvimento de aplicativos para facilitar o acesso a serviços de segurança • Modernização contínua do Sistema Unificado de Informações Criminais Georreferenciadas • Criação da Superintendência de Gestão da Informação e Análise Criminal

 Integração do sistema de identificação civil e criminal com a polícia civil e o poder judiciário • Ampliação do uso de ferramentas de coleta e análise de dados com foco em segurança • Realização de eventos regionais de segurança pública com a finalidade de mapear as

demandas e as peculiaridades regionais Implantação do Sistema Integrado entre guardas municipais e Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) nos municípios do interior • Implementação de sistemas de inteligência orientados ao policiamento preditivo

Instituição de programa para remodelar a formação das polícias

 Ampliação de investimentos em inteligência com foco em cibersegurança Requalificação dos procedimentos e aprimoramento do fluxo entre investigação preliminar e investigação de seguimento

• Elaboração de manual de melhores práticas operacionais e administrativas das instituições de • Definição de procedimento operacional padrão para as ações integradas das instituições

• Padronização operacional da polícia civil, em especial os procedimentos de investigação • Aprimoramento da qualidade e da divulgação da pesquisa científica e sistemas estatísticos do

setor de segurança pública e privada • Benchmarking internacional das teorias criminológicas em aplicação

• Criação de um escritório de projetos e captação de recursos para segurança pública • Implantação de programa de aplicação de recursos da Secretaria de Segurança que envolva

priorização de despesas e otimização de gastos • Ampliação de programas de formação e capacitação continuada para os agentes de

• Modernização dos centros de formação dos agentes de segurança pública Ampliação da qualificação dos profissionais de segurança pública para a atuação integrada e

utilização de novas tecnologias Qualificação e conscientização dos usuários dos sistemas de informação sobre a importância de inserir os registros corretamente

· Capacitação de policiais civis nos seguintes temas: investigação de homicídios; técnicas de investigação de roubos a instituições financeiras; investigação de crimes de lavagem de dinheiro; combate a organizações criminosas; técnicas de vigilância e inteligência policial Capacitação de profissionais de perícia nos seguintes temas: coleta e manuseio de vestígios, fotografia forense, local de crime, papiloscopia latente, cadeia de custódia, documentoscopia e grafotécnica, elaboração de laudos, análise instrumental, metodologia científica, cromatografia,

preparo de amostras, técnicas genéticas, recuperação de aparelho celular, recuperação de discos rígidos, engenharia reversa, análise de tráfego de redes e desenvolvimento de imagens • Ampliação de capacitação de policiais militares nos seguintes temas: Policiamento Montado; Curso de Operações Especiais do Estado do Ceará; Patrulhamento Urbano; Atirador policial de precisão; Comando Tático Rural; Controle de Distúrbios Civis; Cinotecnia e Ações Táticas

• Alocação de profissionais com capacitação em língua estrangeira para participação na execução do plano de segurança turística Adequação do quadro de servidores administrativos das instituições de segurança pública

• Adequação permanente do efetivo legal e necessário das instituições de segurança pública • Maximização do número de policiais em atividades-fim, mediante diminuição desses em

• Implantação de um sistema de gestão por competências nas instituições de segurança pública • Criação de 6 unidades/equipes, vinculadas à Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), nas regiões do interior do estado com maior quantidade de ocorrências de homicídio Direcionamento de recursos para capacitação e atualização de profissionais da área de

 Criação de um órgão atuante na valorização e qualidade de vida dos agentes de segurança • Emprego de tecnologia de realidade aumentada para treinamento de profissionais e análise de ambientes (cenas de crime)

 Implementação de procedimento de manutenção constante de equipamentos periciais da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) • Implementação de projeto para aquisição de materiais, equipamentos e prestação de serviços

de tecnologia de informação para a Secretaria de Segurança • Informatização dos processos administrativos e operacionais das instituições de segurança

• Modernização e ampliação da infraestrutura de informação e sistemas para suporte à tomada de decisão das instituições de segurança pública • Implementação de projeto para aquisição de equipamentos tecnológicos para as instituições

de segurança pública • Adoção de drones e robôs para atividades de monitoramento de territórios • Realização de benchmarking sobre o uso de robôs e veículos aéreos não tripulados (VANTs) em

• Adoção da inteligência artificial como ferramenta para identificar e analisar tendências, padrões, correlações e oportunidades através de conjuntos de dados • Realização de benchmarking das aplicações de sistemas de reconhecimento facial em

• Adoção do uso de *body cam* em patrulhas e operações policiais

atividades relacionadas à segurança pública

segurança pública

principais regiões do interior do estado Comunicação contínua para a população sobre áreas de risco e ocorrência

• Implantar núcleos da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) nas

• Elaboração e implementação de um plano para o desenvolvimento

gradual da cultura organizacional das polícias em busca de uma atuação

baseada nos princípios da polícia cidadã • Implantação de 20 delegacias 24 horas no interior do estado

• Integração de bancos de dados públicos e privados por meio de parceria, cooperação técnica e/ou convênio • Construção, reforma e ampliação das instalações das instituições de

segurança pública para melhoria e padronização • Implantação de 3 unidades da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) para integração das modalidades operacionais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) no interior

• Criação de Polo Tecnológico e Industrial de Defesa e Segurança Pública no

 Ampliação de pesquisa científica sobre causas e soluções para a violência • Estabelecimento de parcerias para desenvolver um mestrado profissional para os agentes de segurança pública

OBJETIVOS

Objetivo geral

A **Rota Estratégica de Segurança Pública 2025** sinaliza o caminho de construção do futuro da segurança no estado do Ceará no horizonte de 2025, a ser percorrido por todos os segmentos da sociedade, sejam da iniciativa pública, privada ou terceiro setor.

Objetivos específicos

- Construir uma visão de futuro para a segurança pública do Estado do Ceará no horizonte de 2025.
- Identificar prioridades para a segurança pública do Ceará.
- Elaborar agenda convergente de ações de todas as partes interessadas para engajamento social e para concentração de esforços e investimentos.
- Elaborar um mapa (roadmap) com as trajetórias possíveis e desejáveis para a evolução da segurança. pública do Estado do Ceará.

Para visualizar a publicação na íntegra, acesse:



ш

Ш

· Ampliação de atividades culturais e oficinas visando a aproximação entre polícia e

Construção de canais de aproximação entre os coletivos de juventude e órgãos de segurança estadual e municipal para promoção da segurança cidadã Articulação e mobilização interinstitucional para ações de prevenção direcionadas ao

público infanto-juvenil · Ampliação do registro eletrônico das atividades realizadas na rede de proteção psicossocial Manutenção e intensificação dos serviços do Grupo de Apoio às Vítimas de Violência para fortalecimento dos vínculos com a comunidade

Implementação de capacitação em mediação de conflitos para profissionais da educação

• Desenvolvimento das habilidades dos diretores escolares para o exercício da liderança Instituição de atividades envolvendo pais, diretores, professores e orientadores para estabelecimento de "comunidade educativa"

Ampliação de educação em tempo integral nas escolas estaduais e municipais Desenvolvimento de programas de formação para profissionais e atores locais que trabalham com a prevenção da violência • Ampliação e qualificação da oferta de atividades esportivas e culturais nas escolas

estaduais, municipais e equipamentos públicos de lazer · Monitoramento da freguência escolar e busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola Implementação de ações para garantir a permanência das crianças e adolescentes nas escolas estaduais

diversificação de meios para denúncia Divulgação da Lei Maria da Penha e medidas protetivas de urgência nas escolas Realização de projetos de educação profissional, em conjunto com o Sistema S, em áreas de maior vulnerabilidade social Implantação dos Núcleos de Ação pela Paz (NAPAZ) em territórios com elevados índices de

• Criação de campanha de prevenção à violência contra a mulher com divulgação e

· Realização de diagnóstico de cada região para planejamento de intervenções direcionadas Identificação de demandas e viabilização de recursos aos grupos de mediação de conflitos · Ampliação de estrategias de redução de danos nos espaços de convivencia de juventude • Intensificação de modelo de atuação preventiva das guardas municipais

• Identificação da origem e mapeamento das rotas de entrada de armas no estado • Ampliação de infraestrutura e dos recursos humanos do órgão de inteligência policial para prevenção de crimes

 Aprimoramento do sistema de informação e gestão da polícia Ampliação da inteligência policial para monitoramento e combate ao crime organizado • Promoção da requalificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios • Desenvolvimento de pesquisas relacionadas à temática segurança com abordagem

• Ampliação da quantidade de reuniões comunitárias para mapeamento dos fatores específicos geradores de insegurança locais Capacitação de líderes comunitários para suporte em atividades culturais com jovens • Construção de pactos locais para convivência social pacífica e promoção de cultura

• Realização de atividades esportivas e culturais em escolas e indústrias aos finais de

semana • Ampliação de projetos e espaços que permitam o acesso a equipamentos sociais para • Ampliação de atividades de prevenção ao consumo de álcool e outras drogas nas escolas

conjunto com ações de orientação às famílias • Ampliação das campanhas de entrega voluntária de armas de fogo Ampliação de programas e projetos sociais de prevenção para adolescentes vulneráveis ao homicídio

· Intensificação da atuação dos Coletivos Culturais nos bairros dominados pelas facções

• Instituição de programas para prevenir a experimentação precoce de drogas em

• Ampliação de programas de atenção a jovens envolvidos em situações de violência e consumo de drogas • Implementação de ações específicas de prevenção à agressão sexual • Criação e implementação de Plano de Convivência e Segurança Cidadã

• Criação de um Sistema Estadual de Segurança Social e Paz Pública no Ceará

da educação básica

• Desenvolvimento de mecanismos de dissuasão de indivíduos que fazem parte de facções e organizações criminosas, evitando delitos graves e de repercussão Incentivo à implantação de negócios ou processos produtivos em territórios com

• Articulação interinstitucional para aprimoramento na identificação e no monitoramento de pessoas e/ou grupos com dinâmicas criminais e de violência • Promoção da integração e cooperação entre os operadores de segurança pública, educadores

e profissionais de saúde Realização de encontros interinstitucionais periódicos para estabelecimento de atividades e parcerias que visem a redução da criminalidade • Realização de encontros dos gestores da rede de proteção psicossocial para troca de

• Integração interinstitucional para acompanhamento e discussão dos resultados de projetos e • Aprimoramento de tutorias de conteúdo e oficinas para promoção de habilidades sociais com base na teoria cognitivo-comportamental em escolas públicas a partir de recursos do fundo

disciplinas de ensino fundamental • Padronização do atendimento de ocorrências que afetam a convivência escolar e o exercício • Promoção da profissionalização e da aprendizagem de acordo com as expectativas dos jovens • Capacitação do corpo técnico de secretarias municipais para elaboração de diagnósticos e de

• Inserção de conteúdo relacionado ao desenvolvimento da inteligência emocional nas

 Realização de encontros de negociação com agentes públicos para construção da Matriz de Ações e Responsabilidades (MAR) • Classificação dos indicadores sociais e estabelecimento de grau de prioridade, pela vulnerabilidade, para direcionamento de programas e projetos

planos municipais de segurança.

 Aprimoramento das atividades de inteligência policial na solução dos crimes de acordo com as • Promoção da recuperação de espaços públicos degradados e/ou com alta incidência de

• Mapeamento e diagnóstico dos equipamentos culturais para investimento em áreas que necessitem de requalificação da infraestrutura

• Avaliação e diagnóstico do sistema de transporte para priorização de investimentos

• Fortalecimento e criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, composto por

• Ampliação e aprimoramento da infraestrutura dos Pontos de Atenção da Rede Psicossocial • Elaboração de estudos com apontamento das principais motivações de crimes e correlação de

representantes da sociedade e gestores locais, para acompanhamento e monitoramento das ações relativas às prioridades específicas do território • Planejamento das estratégias e atividades de prevenção em conjunto com a sociedade e organizações não governamentais (ONGs), com base nas demandas locais • Manutenção dos seminários regionais abertos à sociedade para elaboração de uma "Matriz de

• Construção de escolas preventivas e restaurativas em todo o estado do Ceará • Implementação de sistemas de monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações de segurança pública e prevenção da violência

• Realização de concursos de arquitetura, para escolas, com a finalidade de criação de espaços mais adequados e atrativos à aprendizagem das crianças e adolescentes • Estabelecimento de Observatório de Segurança segmentado por regiões

• Formação de grupos de estudo para análise de peças técnicas (laudos e relatórios técnicos) e aprimoramento dos protocolos e procedimentos • Estabelecimento de parcerias para viabilização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções em cibersegurança

• Criação de um laboratório específico para estudar, analisar e sistematizar a dinâmica da atuação das facções • Implementação e fiscalização de protocolo de redução de danos e

violações de direitos durante operações policiais em territórios vulneráveis

VETORES DE TRANSFORMAÇÃO

Os Vetores de Transformação são diretivas transversais que impactam de forma decisiva na segurança pública. Merecem especial atenção pois funcionam como propulsores para o alcance da visão de futuro. Esses vetores emergiram nos debates ocorridos ao longo do processo de construção da Rota Estratégica de Segurança Pública para o Estado do Ceará. São eles:

- Promoção de ações integradas
- Estímulo ao engajamento da população
- Diminuição das desigualdades sociais
- Garantia dos direitos de todos os cidadãos
- Reinserção social efetiva
- Construção coletiva de uma governança para a segurança pública
- Continuidade e efetividade de políticas públicas
- Investimento na educação básica
- Enfrentamento ao tráfico de drogas
- Controle e monitoramento do acesso às armas
- Investimento em inteligência para segurança pública
- Valorização dos profissionais de segurança pública
- Modernização de processos
- Aplicação de novas tecnologias
- Renovação da infraestrutura
- Capacitação contínua dos profissionais de segurança pública
- Articulação interinstitucional
- Integração de equipamentos sociais como sistema de apoio para a segurança social

ARTICULAÇÃO

A Rota Estratégica de Segurança Pública 2025 foi construída a partir de estratégias de capitalização de conhecimento proveniente de especialistas, resultando na constituição de uma visão de futuro, em uma agenda convergente de ações, na identificação de vetores de transformação, e na construção de um roadmap que pode direcionar os caminhos da Segurança Pública até 2025. A Rota Estratégica é um importante ativo para direcionar esforços do governo, iniciativa privada, sociedade civil, terceiro setor e

Para agilizar e garantir maior implementação das ações previstas será necessária constante interação do público estratégico da área de segurança pública. Estudos indicam que processos de articulação com maiores chances de sucesso são aqueles que se estabelecem naturalmente, e que envolvem maior número de partes interessadas. Nesse sentido, institui-se o *Masterplan* de Segurança Pública, projeto de implementação das Rotas Estratégicas que estabelece uma ação estruturada de monitoramento e aprofundamento das relevantes ações contidas nesse documento, contribuindo para a concretização das visões de futuro estabelecidas coletivamente. As principais atividades do processo de articulação setorial

- Indução da ampliação da governança para a segurança pública com maior participação da sociedade
- Mobilização da sociedade civil, do governo, iniciativa privada, terceiro setor e instituições de ensino
- Promoção de ações integradas
- Estímulo ao engajamento da população na realização das ações
- Monitoramento de informações estratégicas para segurança pública
- Constituição de grupos de trabalho por dimensão e/ou temáticas
- Captação de recursos
- Disseminação periódica dos resultados alcançados

REALIZAÇÃO Confederação Nacional da Indústria (CNI) Robson Braga de Andrade

Diretor Geral do Departamento

Nacional do SENAI

Rafael Lucchesi Diretor Superintendente do Departamento Nacional do SESI Rafael Lucchesi

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIE Jorge Alberto Vieira Studart Gomes — Beto Studart

Sistema Federação das Indústrias do Estado d

Superintendente Geral Juliana Guimarães de Oliveira Gerência Geral Corporativa

Raquel Vidal Vasconcelos Serviço Social da Indústria — Departamento Regional do Ceará (SESI-CE)

Veridiana Grotti de Soárez Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Ceará (SENAI-CE)

Diretor Regional Paulo André de Castro Holanda Instituto Euvaldo Lodi — Departamento Regional

do Ceará (IEL-CE) Beatriz Teixeira Barreira Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (Sebrae-CE) Presidente do Conselho Deliberativo Estadual (CDE)

Flávio Viriato de Saboya Neto

Antonio Soares Martins Neto

Camilla Nascimento Santos

José Sampaio de Souza Filho

Leonardo Carneiro Holanda

Mariana Costa Biermann

Edvânia Rodrigues Brilhante

Josânia Freitas da Cunha

Julyene Lopes Figueiredo

Lana Karolina da Silva Reis Lorran Monteiro

Melissa Marques Pinheiro

do Paraná (Sistema FIEP)

Rodrigo de Oliveira

EXECUÇÃO

Paraná (FIEP)

(SENAI-PR)

Diretor Regional

José Antonio Fares

Edson Campagnolo

Paola Renata da Silva Fernandes

Sistema Federação das Indústrias do Estado

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

— Departamento Regional do Paraná

Federação das Indústrias do Estado do

Colaboração

Guilherme Muchale

Jamille Alencar Pio

Núcleo de Economia (Sistema FIEC)

Coordenação Marilia de Souza Geraldo Morceli Bolzani Junior Laila Del Bem Seleme Wildauer

Observatório Sistema Fiep

Marilia de Souza

Organização Laila Del Bem Seleme Wildauer Letícia Barreto Maciel Nogueira Autoria

Cristine Bosch Deborah luri Tazima Geraldo Morceli Bolzani Junior Laila Del Bem Seleme Wildauer Letícia Barreto Maciel Nogueira Maicon Gonçalves Silva Marilia de Souza Michelli Stumm Gonçalves Tiago Fernandes Gomes

Sidarta Ruthes de Lima Desenvolvimento Web Douglas Martinello Karling

Kleber Eduardo Nogueira Cioccari

Ramiro Gustavo Fernandes Pissetti

Projeto Gráfico e Diagramação Aline de Fatima Kavinski Katia Franciele Villagra Revisão de Texto

Mirian de Brito



Curto Prazo (2018-2019)



Médio Prazo (2020-2022)





• Aplicação do conceito de tríplice-hélice (Academia - Indústria - Governo) na busca de soluções inovadoras em segurança pública

 Criação de espaços permanentes de escuta e respeito aos adolescentes e jovens • Implantação da mediação de conflitos nas delegacias de polícia • Divulgação dos serviços da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)

• Divulgação periódica sobre o andamento das ações e dos resultados dos programas estaduais para segurança pública Adoção de estratégias de comunicação para que os diferentes poderes tenham uma visão

comum sobre as problemáticas de segurança pública Criação de ações integrativas e informativas para mudar a percepção negativa da

população sobre a política de segurança e as polícias Promoção de ações de comunicação social sobre a cultura de paz Realização de campanhas de sensibilização da sociedade sobre a importância do registro

do boletim de ocorrência Realização de campanhas direcionadas a crianças e adolescentes sobre crimes de violência

• Monitoramento e avaliação contínua da Rota Estratégica de Segurança Pública para o

estado do Ceará Padronização dos métodos operacionais dos órgãos de controle de segurança pública

 Instituição de uma rotina de prestação de contas para a sociedade sobre os resultados das ações de segurança do governo estadual Oferta de assessoria técnica para os órgãos de segurança pública municipal

• Criação do Plano Estadual de Vigilância Comunitária por territórios priorizados Promoção de debates para estabelecer diretrizes sobre ações de integração • Incorporação de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação em todos os níveis da

política de segurança Implementação de parcerias estratégicas com os municípios para melhorias da iluminação pública e qualidade do espaço público urbano Criação de mecanismos para garantia da continuidade de políticas públicas em segurança

• Revisão do planejamento em segurança pública com base na avaliação da gestão integrada e de novas estatísticas

• Desenvolvimento de um plano de integração entre o Sistema de Informações Policiais (SIP), o Sistema de Informação Penitenciário (SISPEN), o sistema da Perícia Forense e os sistemas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça

• Articulação e pactuação política entre o governo e os vários atores sociais em torno da paz social, com base em ações preventivas focalizadas

• Ampliação e manutenção das comissões de mediação de conflitos em escolas públicas Articulação e integração entre os diversos atores envolvidos na segurança pública

• Articulação e coordenação das instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança, bem como garantir os direitos • Integração com outras unidades da Federação e órgãos da segurança pública

• Incentivo à estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada nos municípios • Promoção da integração operacional entre os entes federados no combate ao crime

• Promoção da efetiva articulação com a área social e os atores da prevenção Criação de protocolos de articulação de redes

 Aproximação das instituições de segurança pública com universidades e instituições • Integração de políticas de segurança pública com políticas públicas de outras áreas e

instituições • Mobilização de articuladores de juventude para envolver os jovens nas iniciativas de prevenção à violência

• Mobilização de facilitadores comunitários para envolver a comunidade nas iniciativas de segurança pública

 Mobilização das comunidades sobre os programas de prevenção do estado • Corresponsabilização das secretarias de governo com a redução da violência e com o desenvolvimento da cultura de paz

• Inclusão de contrapartidas comerciais em grandes compras públicas de segurança para atração de investimentos ou transferência de tecnologia da indústria de segurança e defesa • Fortalecimento do policiamento de proximidade, com o intuito de criar espaços de escuta e • Instituição de Comitês de Governança para todos os programas ligados à segurança • Criação de mecanismos de financiamento de médio e longo prazo para programas

• Aprimoramento do processo de prestação de contas, monitoramento e avaliação

mensal das informações criminais e sobre atividade policial do estado do Ceará • Disponibilização *on-line* de indicadores criminais e seus níveis de desagregação

• Elaboração de normativa que disponha sobre a obrigatoriedade da publicação periódica

• Criação de canais de comunicação e participação social no planejamento, construção e aperfeiçoamento da política de segurança pública

 Criação de projeto de comunicação social com recomendações para prevenção aos roubos e orientações em caso de vitimização em articulação com os Conselhos Comunitários de Defesa

• Realização de pesquisa sobre a confiança da população nas instituições de segurança pública • Realização de pesquisas periódicas sobre a satisfação da população em relação às políticas de segurança e à atuação das polícias

 Instituição de uma rotina para levantamento de diagnósticos e indicadores nos órgãos de controle de segurança pública, visando o controle externo da atividade policial • Instituição de modelo de gestão dos órgãos de controle de segurança pública que incentive a cooperação com as instituições policiais, compartilhando com elas a responsabilidade pela

resolução dos problemas • Instituição de mecanismos de auditoria e corresponsabilização (positiva e corretiva) de todas as instituições e instâncias envolvidas em segurança pública Promoção de ações que garantam o maior envolvimento social nos órgãos de controle de

segurança pública • Implementação de centros integrados de defesa e suporte social nas cidades com maiores índices de criminalidade no estado

• Fortalecimento do papel de coordenação do estado na segurança pública municipal

 Desenvolvimento de sistemas de gestão capazes de aliar transparência e o uso intensivo de informações com o planejamento operacional das polícias Manutenção do banco de boas práticas sobre políticas e gestão da segurança

• Avaliação da gestão integrada e das estatísticas da segurança pública Composição de uma equipe altamente qualificada para o uso da informação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas de segurança

• Instituição de uma rotina de análise e avaliação de informações voltadas ao planejamento estratégico e operacional Implementação de mecanismos que estimulem a articulação entre ações desenvolvidas por

diferentes secretarias e organizações ligadas à segurança pública Criação ou fortalecimento de redes intersetoriais, interinstitucionais e comunitárias • Participação das lideranças municipais e seu corpo técnico na construção e institucionalização

• Consolidação de um formato de governança para segurança pública resultante de um processo participativo de construção

• Estruturação da governança de segurança pública em Comitês Temáticos • Formalização dos programas de segurança pública por meio de documentos oficiais que esclareçam sua estrutura normativa e modelo de funcionamento Criação de programas de justiça alternativa e de solução pacífica de conflitos entre

• Ampliação da oferta de ensino em período integral para regiões de maior violência e

• Realização contínua de *benchmarking* nacional e internacional em segurança pública, com ênfase em prospecção de tecnologias e estruturas

Longo Prazo (2023-2025)

inovadoras em segurança • Implementação de sistema de dados abertos da segurança pública • Ampliação da cooperação dos municípios nas ações de segurança pública • Institucionalização de um modelo de governança em segurança no estado

• Ampliação e modernização de programas de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico em regiões de maior violência e criminalidade

4

S

DIMENSÕES

DE ANÁLISE

<

ш

Elaboração de diagnóstico do sistema prisional para planejamento estratégico e estabelecimento de metas de trabalho

• Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura das unidades prisionais e das

• Elaboração de Programa Estadual de Políticas Penitenciárias · Elaboração de plano de gestão prisional contendo diretrizes para saúde, educação, gestão,

mobilização da população

participação social e alternativas penais • Realização de campanha, nas diversas mídias, da importância dos trabalhos de ressocialização do apenado

inclusão do apenado e do egresso, trabalho, arquitetura prisional, qualificação profissional,

Implantação de programas de parcerias público-privadas para projetos em segurança · Elaboração de plano de manutenção e reforma para realização de melhorias na

Elaboração de plano de reforma para as unidades prisionais afetadas por rebeliões Conclusão e implementação das unidades carcerárias em construção

Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR) Reestruturação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC) Criação de departamento técnico de produção e análise de dados no âmbito da Secretaria

Desenvolvimento e estabelecimento de Programa de Alternativas Penais

· Elaboração de projeto de ampliação e reestruturação física e material da Escola de Gestão

da Justiça e Cidadania do Estado (Sejus) Incremento na quantidade de agentes prisionais e estatísticos através da realização de concursos e contratação de novos profissionais Ampliação do corpo técnico responsável pelo atendimento a egressos do sistema prisional Mapeamento das demandas e dimensionamento dos recursos necessários para o funcionamento da Central de Alternativas Penais (CAP)

• Disseminação da infraestrutura da Central de Alternativas Penais (CAP) para as demais macrorregiões do estado Ampliação do uso de monitoramento eletrônico em conjunto com outras alternativas

• Elaboração e implantação de Protocolo Operacional Padrão (POP) que normatize os procedimentos de segurança a serem adotados por agentes penitenciários e quadro técnico • Elaboração e implementação de projeto de inclusão de egressos do sistema penal ao

em todas as unidades prisionais, contemplando situações de crise • Instituição de procedimento de registro das ocorrências do sistema prisional • Implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada para inserção dos dados dos sistema penal

• Ampliação e aprimoramento de programas periódicos de atenção à saúde das pessoas em pessoas em cumprimento de pena cumprimento de pena Criação de grupos de prevenção ao suicídio nos presídios

presos e/ou das unidades prisionais

 Criação de indicadores de acompanhamento individual para as pessoas em cumprimento · Adicionar atribuição à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos com fortalecimento do corpo técnico para acompanhamento do sistema prisional

· Avaliação e readequação das políticas de reintegração social para aprimoramento das atividades relacionadas à inclusão social do apenado

• Integração da rede de proteção local e serviços das políticas públicas (CREAS, CRAS, CAPS, Elaboração de plano estratégico de ações para enfraquecimento das organizações UAPS, Conselho Tutelar) para acompanhamento dos apenados e egressos

criminosas dentro do sistema penitenciário Fortalecimento do projeto de acolhimento e acompanhamento de egressos do sistema

• Elaboração de projeto para aparelhamento e reestruturação do Grupo de Operações Penitenciárias e Grupo de Operações Regional • Elaboração e implementação de formação para equipe de negociadores da Secretaria da

• Ampliação e aprimoramento de programas de educação e qualificação profissional das

• Ampliação da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe)

egressos do sistema prisional, referentes a contratos com o estado do Ceará

• Implementação de programa de fomento ao trabalho industrial dos apenados

(Cispe) no interior do estado

• Implantação de unidades da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso

de empregos para presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e

• Implementação do Decreto nº 32042 de 14/09/2016 que dispõe sobre a reserva de vagas

• Acompanhamento dos resultados relacionados aos programas de assistência ao egresso do

Justiça e Cidadania do Estado do Ceará • Monitoramento e atendimento individualizado ao sujeito de alto risco social custodiado no Ampliação da atuação das defensorias públicas na defesa dos direitos dos presos

• Implantação do plano de transferência de presos localizados nos distritos policiais • Aplicação de investimentos e estabelecimento de metas para as atividades de reintegração • Mapeamento aprofundado das organizações criminosas que operam dentro do sistema • Benchmarking nacional e internacional da infraestrutura e de boas práticas aplicadas no

· Elaboração e implantação de plano para desativação gradual de carceragens da polícia civil Ampliação e aprimoramento das técnicas de coleta de dados do sistema penitenciário • Ampliação na oferta de atividades de alta qualificação oferecidas pela Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR), bem como por meio de parcerias com

as universidades • Criação de fórum para discussão sobre a aplicação de penas e medidas alternativas • Mapeamento do contexto social do infrator para estabelecimento de abordagem

 Ampliação da divulgação dos benefícios e das formas de implementação de vagas para apenados e egressos em indústrias, visando a ressocialização e inclusão social · Implementação de parcerias com sindicatos patronais para instalação de novas indústrias no

Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac) • Implantação de unidade de apoio aéreo para a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará

• Construção de unidades prisionais com aplicação do modelo de

de ressocialização

• Construção de novas penitenciárias com base em dados de estimativas de

futuro da população carcerária com foco em um modelo de recuperação e

sistema prisional Criação de programa de supervisão comunitária do apenado com filosofia de reintegração social, como alternativa ao encarceramento

S

Aprimoramento do projeto político-pedagógico nos centros socioeducativos Mapeamento do contexto social do infrator para estabelecimento de abordagem

conflitos com a lei, tendo a justiça restaurativa como norteador · Aprimoramento da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo Promoção da articulação interinstitucional na tramitação e aplicação da medida

· Elaboração e implementação do programa de atenção às vítimas dos adolescentes em

Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura do sistema de atendimento Elaboração de Plano Estadual de Atendimento às Medidas de Atendimento Socioeducativo

com a colaboração do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Definição de diretrizes, objetivos, metas, prioridades, origem dos recursos financeiros e gestão das ações de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional Atualização do plano de reforma e manutenção das unidades de atendimento

Aprimoramento na coleta, sistematização e divulgação dos dados do sistema de atendimento socioeducativo Mapeamento das demandas de recursos humanos para o sistema socioeducativo · Realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos de socioeducadores o

Ampliação dos investimentos em capacitação aos funcionários do sistema socioeducativo

• Criação de plano de capacitação para servidores do sistema socioeducativo que contemple disciplinas a serem ministradas, periodicidade de cursos, metodologia de avaliação e

• Ampliação do quadro técnico específico para o atendimento aos familiares dos socioeducandos Qualificação dos profissionais para o atendimento integrado da família com os jovens

atendidos no sistema socioeducativo Ampliação do corpo técnico responsável pelo atendimento a adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo

• Apoio e capacitação dos profissionais alocados nos municípios para implementação e

fortalecimento dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto em todos os municípios Promoção da articulação das políticas e serviços responsáveis pelo acolhimento do jovem • Elaboração e implantação de Protocolo Operacional Padrão (POP) normatizando os

procedimentos de segurança a serem adotados por socioeducadores e quadro técnico em todas as unidades de internação do estado • Elaboração e implantação de Protocolo de Internação Socioeducativa (PIS) com definição das atribuições dos diversos órgãos de segurança e sistema de justiça para resolução de

situações de crise Ampliação de programas para egressos do sistema socioeducativo

social para jovens do sistema socioeducativo Disponibilização de monitoramento eletrônico combinado ao acompanhamento do jovem em cumprimento de medida socioeducativa

• Integração da rede de proteção local e serviços das políticas públicas (CREAS, CRAS, CAPS, UAPS, Conselho Tutelar) para acompanhamento de adolescentes em cumprimento de

• Realização de levantamento qualitativo e quantitativo sobre a presença e participação familiar no processo de recuperação do jovem em cumprimento de medidas

 Avaliação do desempenho escolar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, com disponibilização de professor de reforço nas disciplinas com menor

• Capacitação dos educadores da rede estadual e municipal para atendimento no processo de recuperação e ressocialização do adolescente • Ampliação dos investimentos para desenvolvimento de atividades relacionadas ao esporte, à cultura e ao lazer para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

• Viabilização de atividades relacionadas ao empreendedorismo entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas • Ampliação de atividades de formação e de inserção no mercado de trabalho para pessoas

em cumprimento de medidas socioeducativas • Ampliação de oportunidades e vagas da lei da aprendizagem para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou em vulnerabilidade a homicídios • Implantação de capacitação em novas mídias e tecnologias para adolescentes em • Aplicação de investimentos e estabelecimento de metas para as atividades de reintegração cumprimento de medidas socioeducativas

• Implantação, no âmbito da Superintendência do Sistema Socioeducativo, de uma coordenadoria de monitoramento e avaliação do sistema socioeducativo · Aprimoramento do acompanhamento periódico da saúde física e psicológica dos servidores

das unidades de internação e semiliberdade • Ampliação da infraestrutura e aprimoramento das atividades desenvolvidas no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) • Criação de programa de supervisão comunitária do jovem infrator com filosofia de reintegração social, como alternativa à medida de privação de liberdade

• Inclusão da família nos programas e projetos de reabilitação dos jovens em cumprimento de

• Promoção da integração e articulação entre as medidas socioeducativas de responsabilidade do estado (em meio fechado) e dos municípios (em meio aberto) com a finalidade de concretização do princípio da integralida-

de do atendimento • Implantação de protocolos de segurança nas unidades socioeducativas de • Realização de obras de construção de unidades de internação em obser-

vância às regras estabelecidas na Lei do Sistema Nacional de Atendimento • Oferta de cursos de qualificação profissional para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas adequadas às suas necessidades

e à demanda do mercado

DIMENSÕES DE ANÁLISE

SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

A dimensão Segurança e Defesa Social está vinculada à Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil, que é composta por: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Perícia Forense, Departamento de Trânsito, Conselhos Comunitários, Instituto de Identificação, Corregedoria de Polícia e Ouvidoria de Polícia.

Essa dimensão da segurança pública engloba o funcionamento dessas organizações no contexto de estratégias, políticas, programas, processos e disposição dos órgãos para consecução de seus objetivos.

PREVENÇÃO

A prevenção é uma dimensão da segurança que se concentra na realização de prognóstico dos movimentos que estão por vir, agindo de forma a evitar que eventos indesejáveis ocorram. Nela, a sociedade e o sistema de defesa são instigados a atuar de forma articulada no entendimento dos problemas e necessidades locais e na construção da cultura de paz.

GOVERNANÇA

A governança é uma dimensão da segurança pública que trata da definição das regras e dos princípios que orientam a atuação dos agentes públicos e privados e criação das condições estruturais de administração e controle do estado. A governança atua no âmbito das políticas públicas e das relações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada. Busca garantir que cada órgão ou entidade cumpra seu papel; através da redução de riscos, otimização dos resultados e agregação de valor aos órgãos ou entidades.

SISTEMA PRISIONAL

medidas socioeducativas

O sistema prisional é responsável por efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições harmônicas para a integração social do condenado.

Nela devem ser garantidos os direitos básicos dos presos – higiene básica, alimentação, saúde – e estar em consonância com a necessidade de reintegração do apenado através da oferta de formação, inserção no mercado de trabalho e atendimento psicossocial, a fim de proporcionar uma nova oportunidade de retorno à sociedade.

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O Sistema Socioeducativo é uma dimensão da segurança pública que

compreende o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas. A proposta desse sistema consiste na promoção da articulação para o atendimento integral ao adolescente que cometeu ato infracional, considerando a condição peculiar de indivíduo em desenvolvimento.









